

“A abstenção eleitoral é a grande nódoa da caminhada política que os Açores fizeram ao longo dos últimos 44 anos”, defende José Andrade

Mota Amaral e Carlos César são os prefaciadores da obra que será lançada hoje, 27 de Junho, data que assinala as primeiras eleições regionais de 1976. Os dois ex-presidentes do executivo açoriano são também os oradores do livro “A Vontade dos Açorianos - Os órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores (1976-2020)”, da autoria de José Andrade, pelas 18h30, no Coliseu Micaelense.

José Andrade, chefe de Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Ponta Delgada, lança hoje a sua 25ª obra - (dez das quais relacionadas com as questões políticas) - dedicada ao período autonómico da governação açoriana.

Intitulado “A Vontade dos Açorianos - Os órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores (1976-2020)”, o lançamento do livro ocorre neste dia 27, pelas 18h30 uma maneira simbólica, segundo o seu autor, de recordar a data em que realizaram as primeiras eleições regionais de 1976. Na sala principal do Coliseu Micaelense estarão os dois protagonistas de dois ciclos governativos da Autonomia dos Açores, Mota Amaral que liderou os primórdios da Autonomia pelo PSD-Açores, até ter deixado o Executivo em 1995, e Carlos César que a partir de 1996 até 2008 liderou os destinos da Região. São também eles os dois prefaciadores da obra. Questionado do razão pela qual o livro não traz também a visão autonómica do actual Presidente do Governo, Vasco Cordeiro, José Andrade, um ex-deputado ao Parlamento açoriano, diz que a intenção do seu trabalho de pesquisa não fala nem do mérito nem demérito de governos, mas sim da Autonomia dos Açores, e a intenção primordial foi dar voz a quem teve um passado político no exercício da governação com a distância temporal necessária para materializar posições, mesmo que com um timbre partidário, mas que deixaram o seu legado a outros. Contudo, Vasco Cordeiro, segundo nos conta o pesquisador micaelense, também foi convidado a participar com um texto, mas declinou o convite, que José Andrade diz compreender porque “estávamos em plena pandemia”. Quem aceitou deixar as suas ideias sobre Autonomia impressas na contracapa da obra foi a presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Ana Luísa Luís.

A obra também não tem um pensamento autonómico do seu autor, com José Andrade a garantir que o tem, mas não o quis imprimir aos longo das 420 páginas, pois essa não é a essência deste trabalho que pretende ser “um roteiro Autonómico para as gerações mais novas”, servindo se assim se pode dizer de um “dicionário autonómico”, pois percorre 44 anos da Autonomia Política dos Açores, reconstitui a composição dos sucessivos parlamentos regionais, com 560 deputados eleitos para as 11 legislaturas, e recorda os elencos governativos dos 12 executivos açorianos, com 127 governantes em funções, maioritariamente sob a liderança de Mota Amaral e Carlos César. Um trabalho de grande investigação, com recursos a muita pesquisa de diários das sessões da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, de jornais, entre outros, mas que o seu autor entender ser uma mais-valia para o conhecimento da nossa história autonómica e dos seus protagonistas, dos símbolos, do hino. Como estávamos em tempo de pandemia e de confinamento, José Andrade, que sempre desempenhou cargos institucionais e conhece bem os meandros políticos, decidiu que tinha tempo de acrescentar à sua investigação as representações externas que fo-



José Andrade manifesta preocupação com o número de pessoas que votam

ram desempenhadas por uma dezena de personalidades com relação açoriana que foram membros do governo nacional, recordando os 82 deputados eleitos pelos Açores à Assembleia da República e acrescentando os 14 políticos que representaram a Região no Parlamento Europeu.

Ex-Presidente vivenciam recordando a Autonomia açoriana

No prefácio, e só para levantar a ponta do véu, o primeiro presidente dos Açores, Mota Amaral escreve o prefácio sob a égide de “Uma homenagem merecida aos protagonistas da Autonomia Constitucional dos Açores”, de que se destaca logo no início que (...) A Autonomia conquistada pelo Povo Açoriano, no seguimento da Revolução do 25 de Abril, foi uma grande novidade. Pode mesmo sem exagero dizer-se que se viveu então nas nossas Ilhas um momento revolucionário, deitando-se abaixo o que estava em vigor – a escassa autonomia administrativa dos três distritos autónomos e as suas instituições, empobrecidas e caducas por falta de verdadeira base democrática – para construir algo de diferente e deveras motivador”.

Mota Amaral lembra também que “Quem esteve na primeira linha da luta nesses anos de brasa, não esquece as divergências existentes entre os que se agarravam às fórmulas antigas, que desejavam certamente vivificar com algum lustro democrático, e os que propugnavam um verdadeiro corte radical com as soluções do passado e a adesão entusiástica a algo verdadeiramente novo” (...).

Já o terceiro Presidente do Governo dos Açores

– o segundo foi Madrugada da Costa – recorda no prefácio da obra que (...) “O PPD/Açores, formado rapidamente após a revolução, beneficiou da adesão e do concurso de pessoas, em elevado número ligadas ao partido único do regime de posto, que lhe proporcionaram uma implantação geograficamente transversal, imediata e influente. Claro que isso não bastou ao seu sucesso, para o que também contou com o concurso de gente nova, mas não há dúvida que ajudou. E muito! Ao invés, os menos numerosos, mas entusiastas pioneiros do PS nos Açores, eram, no seu núcleo fundador mais activo, muitos jovens, estudantes do ensino superior deslocados maioritariamente em Lisboa e Coimbra e personalidades que provinham da Oposição Democrática – o que, em Ditadura, por definição, significava que eram tendencialmente ocultados ou forçadamente discretos e, por isso, desconhecidos da generalidade dos açorianos. E assim continuaram com dificuldades de notoriedade, pois, para além das descontinuidades de então na comunicação entre ilhas, a televisão regional só chegou a partir de Agosto de 1975 com emissões experimentais com a duração de três horas durante dois meses (e só depois de seis horas), e com muita gente sem acesso”.

Açorianos demonstram desinteresse nas eleições

Passando com rigor os 44 anos de Autonomia dos Açores, José Andrade refere que “mais do que apontar o dedo a falhas que possam ter havido no primeiro ou no segundo ciclos da governação regional sucessiva da Região Autónoma dos Açores, o que atravessa esses 44 anos, é uma preocupação

generalizada pelo aparente desinteresse na participação eleitoral evidenciado pelos açorianos, de uma maneira geral”.

Diz o autor da obra que das 11 eleições legislativas regionais que tiveram uma grande participação eleitoral foram as segundas realizadas em 1980, onde a abstenção foi de apenas de 23%. “O que se verifica ao longo das várias eleições é que a abstenção foi sempre subindo sistematicamente e bateu todos os recordes na última eleição para o Parlamento dos Açores. Em 2016, a abstenção foi de 59%. Ora, isso significa que em cada dez açorianos há seis que não quiseram votar e apenas quatro é que tiraram meia hora da sua vida em quatro anos para fazer uma coisa tão importante como escolher as pessoas e o partido que acham que deve liderar os destinos da sua própria região. Isso é uma função indelegável. Cada um de nós devia assumir a participação eleitoral como sendo o acto de maior excelência que pode um cidadão eleitor desempenhar ao longo da sua vida”.

No fundo, refere José Andrade, “os destinos da nossa terra, o futuro da nossa Região está nas nossas mãos e à distância de um voto. E a cada quatro anos, as pessoas demitem-se de exercer esse mínimo, que faz uma diferença tão grande, e é absolutamente preocupante, no mínimo. Penso que isso nos deve convocar a todos, desde logo os eleitores mas também os decisores e responsáveis políticos para encontrar aqui soluções que sejam capazes de voltar a motivar o interesse pela participação eleitoral ou por parte dos eleitores, em geral”.

“A abstenção eleitoral é a grande nódoa dessa caminhada política que os Açores fizeram ao longo dos últimos 44 anos”, opina o investigador, “e para que ela não continue a agravar-se daqui para a frente, como até agora, é preciso que toda a gente se consciencialize de que temos que remar todos para o mesmo lado. Este deve ser o desafio suprapartidário, que convoque todos os partidos políticos, para encontrar melhores soluções, porque não podemos continuar a escolher o nosso governo com apenas 40% dos eleitores inscritos”.

A Autonomia precisa e merece, segundo José Andrade, “de maior cumprimento por parte dos cidadãos eleitores açorianos para ela ser cada vez mais sentida, vivida, consequente e coerente na vida de cada um de nós”.

Portanto, se há uma lição a retirar deste livro é que centenas de pessoas certamente muito bem-intencionadas deram de si o melhor em épocas próprias com as dificuldades também elas próprias, mas certo é que não conseguimos todos juntos cativar o cidadão eleitoral para que ele se sinta suficientemente motivado como parte interessada e interessante de um projecto que tem de ser colectivo, que não pode dispensar a opinião de cada um e esta expressa-se através do voto. Eu julgo que este é o grande desafio que se coloca a todos os políticos que os próximos 50 anos da autonomia dos Açores”.